



Universidade de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso

**CONTROVÉRSIAS DA CNBB DIANTE O REGIME DITATORIAL:
APOIO E OPOSIÇÕES PRESENTES NOS COMUNICADOS MENSAIS
(1975-1979)**

FREDERICO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA

Brasília, DF – Dezembro 2014

Frederico José do Nascimento Ferreira

**CONTROVÉRSIAS DA CNBB DIANTE O REGIME DITATORIAL:
APOIO E OPOSIÇÕES PRESENTES NOS COMUNICADOS MENSAIS
(1975-1979)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – UnB, para a obtenção do grau de licenciado em História.

Professora Dra. Albene Miriam Menezes Klemi (HIS - UnB)
(Orientadora)

Professora Dra. Lucilia De Almeida Neves Delgado (PPGHIS - UnB)

Professora Dra. Mercedes Gassen Kothe (UPIS - Membro Externo)

Professora Doutoranda Ana Catarina Zema de Rezende (PPGHIS – UnB)
(Suplente)

12 de dezembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a professora Albene Miriam, que gentilmente aceitou o convite e desafio de me orientar. Também quero agradecer as funcionárias: Caroline; Raimunda e Priscila, todas do Centro de Documentação e Informação (CDI) da CNBB, que muito atenciosamente me atenderam nas várias vezes que fui à instituição para realizar minhas pesquisas.

Gostaria de agradecer minha família pela paciência, nos meus momentos de angústia com a dissertação. Em especial, agradecer minha esposa Helen e minhas filhas Luiza e Helena, que várias vezes tiveram de abdicar da minha atenção e dos nossos momentos de convívio, para que fosse possível completar essa etapa de conclusão do curso de História – UnB, do qual tenho imenso orgulho de participar.

Na tentativa de não cometer um erro e esquecer alguém, deixo aqui o meu sincero agradecimento a todos meus amigos, próximos ou não, que de uma forma ou de outra contribuíram para a conclusão desta monografia. Muito obrigado!

SIGLAS E ABREVIATURAS

AI:	Ato Institucional
CEB:	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM:	Conselho Episcopal Latino Americano
CENFI:	Centro de Formação Intercultural
CENIMAR:	Centro de Inteligência da Marinha
CEP:	Comissão Episcopal de Pastoral
CDI:	Centro de Documentação e Informação
CI/DPF:	Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal
CF:	Campanha da Fraternidade
CIA:	Central de Inteligência America, em inglês: <i>Central Intelligence Agency</i>
C.M.:	Comunicados Mensais
CNBB:	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPDOC:	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DCDP:	Divisão de Censura de Diversões Públicas
ESG:	Escola Superior de Guerra
EME:	Estado Maior do Exército
GLC:	Grupo de Levantamento de Conjuntura
IBAD:	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRADES	Instituto Brasileiro de Estudos Sociais
IPES:	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JOC:	Juventude Operária Católica
MCI:	Movimento Comunista Internacional
PCB:	Partido Comunista Brasileiro
SNI:	Sistema Nacional de Informação

RESUMO

Este trabalho abordará a atuação da Igreja Católica, através da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), utilizando as publicações mensais da instituição, denominadas: Comunicados Mensais. A dissertação pretende identificar pontos de apoio ou oposição ao regime militar brasileiro, desde o golpe em 1964 até o final da década de 1970, com ênfase nas informações contidas nos Comunicados Mensais entre os anos de 1975 e 1979. A dissertação não esgota a atuação da Igreja Católica, nem da CNBB, pois ambas possuem outros instrumentos para expressarem suas opiniões. A ideia é encontrar pontos de controvérsias no discurso de apoio e oposição prestado pelo clero brasileiro durante os quinze anos compreendidos entre 1964 e 1979, especialmente após o fim da Bipartite, em 1974, quando se inicia o governo Geisel. E tentará encontrar nos Comunicados Mensais, a partir do ano de 1975, indícios efetivos de oposição da Igreja Católica brasileira à ditadura militar, contidos neste periódico oficial da CNBB.

Sumário

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I	
• DO GOLPE À BIPARTITE. CONTROVÉRSIAS DE APOIO E OPOSIÇÃO DA CNBB.	11
CAPÍTULO II	
• A CNBB E A ABERTURA POLÍTICA: CRÍTICA, OPOSIÇÃO OU OPOSIÇÃO CONSENTIDA?	21
2.1 Comunicados Mensais 1975	26
2.2 Comunicados Mensais 1976	27
2.3 Comunicados Mensais 1977	28
2.4 Comunicados Mensais 1978	29
2.5 Comunicados Mensais 1979	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
REFERÊNCIAS DE INTERNET	37
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	38

INTRODUÇÃO

A relação entre as Forças Armadas e a Igreja Católica, em especial, sempre convergiram para exercer importante papel na história político-social do Brasil. Mesmo antes do país se tornar uma República, proclamada por um Marechal em 15 de novembro de 1889, os militares e o apostolado atuavam na formação da sociedade de forma independente. Os militares faziam-se presentes e atuantes nas movimentações em que a soberania nacional e a defesa do território estavam em pauta, como na Guerra do Paraguai em 1864. Enquanto que, os religiosos no século XIX buscavam se adequar as novas diretrizes do Vaticano, que tentava adaptar a Igreja à nova realidade da sociedade e a buscar maior espaço no Brasil, já que “durante a maior parte de sua história, a Igreja Católica teve menos força no Brasil do que na América espanhola.” (MAINWARING, 1989, p. 41).

A história dos militares em defesa do Estado, no século XIX, deixa-se registrar nos conflitos na tríplice fronteira no sul do país (Brasil, Argentina e Uruguai), ainda que muitas vezes um desempenho mais moral que formal. É importante somar a esses conflitos, embates entre Brasil e Paraguai, em busca de hegemonia no continente, que originaram a Guerra entre os países. O historiador Francisco Doratioto afirma que em 1864, quando eclodiu o conflito, “sequer havia um exército brasileiro moderno organizado.” E, posteriormente à guerra, “houve o enfraquecimento com o vínculo de lealdade em relação à Monarquia por parte de parcela dos membros da Força Terrestre.” (DORATIOTO, 2013).

A Igreja Católica, por sua vez, via ameaçada sua liderança no mundo cristão Ocidental, principalmente no Brasil. Vale ressaltar que entre os anos de 1840-1889, o Imperador D. Pedro era o chefe titular da Igreja no Brasil, período em que a Igreja Católica se mobiliza para aumentar seu poder e maior presença dentro da sociedade. “Durante a segunda metade do século XIX, Roma se esforçou para adquirir maior controle sobre as Igrejas Nacionais. No Brasil, fez pressão para que houvesse um catolicismo mais oficial e aceitável.” (MAINWARING, 1989, p. 42).

Com a Proclamação da República, houve certa convergência dessas instituições, Igreja e Forças Armadas, em busca de espaço e de poder. “Depois de 1891, entretanto, a Igreja começou a restaurar de uma forma não oficial os vínculos com o Estado que oficialmente haviam sido rompidos.” (MAINWARING, 1989, p. 42). Os Militares que tornaram o Brasil uma república, com apoio de civis pró-república, emplacaram os dois primeiros presidentes

da nação: Deodoro da Fonseca, o líder militar da proclamação (1889-1891); e Floriano Peixoto (1891-1894), que assumiu após renúncia de Deodoro. O primeiro presidente civil eleito, Prudente de Moraes, assumiu à presidência só em 1894.

No período da chamada República Velha, até o golpe civil militar de 1964, as aludidas instituições não deixaram de exercer suas influências no cenário político-social do país. Entre outros momentos, os militares ainda marcaram presença no panorama político brasileiro: no movimento tenentista da década de 1920; na tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930, período conhecido como revolução de 30, que interrompeu a alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais na indicação de presidentes na “república do café com leite”; no golpe de Estado que implantou o Estado Novo em 1937; na tentativa de impedir a assunção ao governo do presidente eleito Juscelino Kubitschek (JK) em 1956, entre outros.

Por seu turno, a Igreja Católica passou por diferentes reformas durante o século XX. “Através de um processo seletivo de encorajamento ou de desencorajamento às mudanças, Roma exerceu grande influência sobre o desenvolvimento da Igreja brasileira durante o período de 1916-1985.” (MAINWARING, 1989, p. 31). Até 1964, floresceram dentro da Igreja alguns modelos de liderança: neocristandade conservadora; outra reformista, mais próxima à secularização e a justiça social; e ainda uma terceira, simpática à esquerda, que originou movimentos leigos e de base.

A partir da segunda metade do século XX, alguns acontecimentos aproximaram essas e outras instituições do poder. Cada uma buscando seu espaço. Os militares influenciados pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, tomaram “como modelo o National War College dos Estados Unidos e se tornou o bastião do anticomunismo e a defensora do livre comércio” (SERBIN, 2001, p. 87), adotando a Doutrina de Segurança Nacional. Já a Igreja Católica, embasada nas doutrinas de alguns segmentos como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB (“uma das primeiras conferências episcopais modernas do mundo e uma das fundações do progressismo católico brasileiro” SERBIN, 2001, p. 98 – inaugurada por D. Helder Câmara em 1952). Concílio do Vaticano II¹ (1962-65); e Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), criado em 1955, onde se destaca o segundo encontro, realizado em 1968, Medellín² (Colômbia).

¹ Concílio do Vaticano II, “começou em 1962 [...], reunindo os bispos do mundo inteiro em Roma pra discutir uma visão mais aberta da Igreja, e teve um efeito retumbante”. (MAINWARING, 1989, p. 62).

² Conferência realizada no ano de 1968, em Medellín, Colômbia, “cujas declarações sobre a situação política do continente são um ponto de referência para os católicos progressistas. (ALVES, 1979, p. 209).

Lembra-se que, em março 1964 quando o golpe civil militar é consumado, não foi um momento inédito de intervenção das forças armadas. Foi um golpe chamado de “revolução” por seus apoiadores, que contou com a execução dos militares, mas teve apoio de parte da Igreja, sociedade civil, imprensa, intelectuais e outros setores da sociedade, que se dispuseram a acreditar numa onda comunista global. Onda esta iniciada após o fim da segunda guerra mundial (1939-45), na qual o Brasil estaria severamente susceptível a adotar como corrente governamental, segundo o grupo pró revolução. Ela seria liderada pelo presidente empossado, João Goulart (Jango). Porém, existem outras correntes que defendem o comunismo como fator secundário na aplicação do golpe que deu início a ditadura militar. Havia interesses de grandes grupos econômicos descontentes, que seriam atingidos pelas reformas de base propostas por Jango.

Foi um momento, de certa maneira, no qual convergiu a maioria da sociedade brasileira. A Igreja Católica, através da CNBB, deu suporte aos militares. “Mesmo após ter dado apoio ao reformismo de João Goulart, a CNBB acabou juntando forças à oposição e apoiou o golpe.” (MAINWARING, 1989, p.103). Ou seja, pode-se inferir que dentro da instituição que abriga os líderes pastorais Católicos do Brasil, havia discordâncias sobre o momento político. Talvez isso explique a mudança de posição da Igreja alguns anos após o início da ditadura militar.

“A CNBB não é a única expressão de catolicismo no Brasil, mesmo entre os bispos.” (MAINWARING, 1989, p.105). Mas através dela é possível entender a atuação da Igreja nos momentos importantes desses vinte e um anos de ditadura militar brasileira. Desse modo, é pretensão deste trabalho, tentar identificar eventuais apoio e oposição da CNBB na situação política do Brasil, no período compreendido entre 1975-79, passando pelas reuniões secretas entre bispos e militares chamada de: Bipartite.

Para tanto, a linha de abordagem pautar-se-á nos dados e informações dos Comunicados Mensais da instituição em epígrafe. Esses Comunicados são uma espécie de periódico, no formato de revista, utilizados nas comunicações entre a CNBB e suas arquidioceses. Contêm em suas publicações informações internas entre as dioceses, atas sobre: Assembleias Gerais da CNBB; Reuniões do Conselho Permanente; Comissão Episcopal de Pastoral e; Presidência da CNBB. Contêm ações em relação à comunidade eclesial e suas paróquias. Informa ainda sobre assunção, renúncia, substituição e obituário

de padres, bispos e Papas. No site Edições CNBB, que publica o periódico, os comunicados são definidos como sendo uma publicação que traz mensalmente notícias sobre o Santo Padre, a Santa Sé, o CELAM e a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Além disso, a revista contém resumos das regionais da CNBB, das dioceses e dos bispos, bem como nomeações, renúncias e transferências de bispos, entre outras notícias.

Pode-se, portanto, ser tratado como um instrumento de imprensa do clero. E será utilizado como objeto de estudo e “fonte única de investigação e análise crítica.” (CAPELATO; PRADO *apud* SOUZA, 2014, p. 12). A ideia de utilizar a imprensa como objeto na historiografia brasileira surgiu na década de 70, a partir das dissertações das referidas autoras, reunidas no livro *O bravo matutino* (1980). Ou seja, os Comunicados podem ser mais que um mero veículo de informação. Assim como sua publicação entre 1973 a 2008 foi já foi utilizado em doutrina de ensino religioso (*O Ensino Religioso no Comunicado Mensal da CNBB – 1973 a 2008. Coleção: Documentação Ensino religioso. Vol. 3, 2010*), pode ser estudado, e será utilizado nesta monografia, como forma a se buscar existência de doutrina na atuação da CNBB contra a ditadura militar brasileira.

Há assuntos de interesse nacional contidos nos Comunicados Mensais, como a votação da lei do divórcio por exemplo. Estão publicados, também, balancetes de arrecadação das dioceses, normatização de recebimento da hóstia sagrada, mensagens do Santo Papa, assuntos litúrgicos em geral, entre outros assuntos que produzem uma grande quantidade de páginas. Levando em consideração o volume dos Comunicados, foram analisados somente os textos, cujos títulos contidos no sumário, abordavam assuntos que se referiam à ações ligadas a ditadura militar.

CAPÍTULO I - DO GOLPE À COMISSÃO BIPARTITE. CONTROVÉRSIAS DE APOIO E OPOSIÇÃO DA CNBB.

O presidente João Goulart nunca foi unanimidade para assumir a presidência do Brasil, após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. “No dia 07 de setembro de 1961, João Goulart tomou posse no Congresso Nacional em clima de grande entusiasmo, apesar de assumir o poder em uma conjuntura muito difícil. Saiu do país como vice e voltou como presidente, sem mesmo saber se assumiria.” (FERREIRA, 2003, p. 348). Segundo Evaldo Amado Vieira,

Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, que desistiu da presidência da república em 25 de agosto de 1961, o vice presidente da república João Goulart, estava no exterior (China comunista), em viagem oficial. Encontrando desde logo resistência e, seu sucessor imediato, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, e nos chefes das forças armadas, [...] (VIEIRA, 2000, p. 190).

Mesmo antes de março de 1964, Jango, como era conhecido João Goulart, constituía uma controvérsia na vida política brasileira. Os militares e os conservadores não tinham simpatia por ele. Viam em sua figura um político de esquerda, alinhado ao comunismo, pois estava próximo aos países que adotaram tal sistema. As elites civis e empresariais não estavam satisfeitas com a proximidade de Goulart às ideias de Vargas. Vieira observa que

O golpe de Estado de 31 de março de 1964 consistiu no último ato de agressiva mobilização político-militar, que acabou depondo o presidente João Goulart, colocando-o em exílio político no Uruguai. Antes, ele fora ministro do Trabalho de segundo governo de Getúlio Vargas, vice presidente de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros. Identificando-se com Vargas, Goulart se mostrava líder democrático, preocupado com os trabalhadores e com seus salários. (VIEIRA, 2000, p. 190).

Para tentar resolver os problemas da economia, Jango propôs um plano de estabilização econômica, denominado: Plano Trienal. Este visava “ganhar a confiança dos credores externos, sobretudo norte americanos, assegurando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional.” (FIGUEIREDO, 1993, p. 91-94, *apud* FERREIRA, 2003, p. 363). Entretanto, o projeto não obteve êxito. Assim, “os resultados insatisfatórios no campo da economia fortaleciam sua convicção quanto a necessidade de concretizar as reformas de base³, pondo a emancipação econômica como condição de derrota do subdesenvolvimentismo.” (VIEIRA, 2000, p. 191).

O principal item das reformas, e o mais problemático politicamente, seria o referente à reforma agrária. Ele desagradava principalmente os grandes latifundiários e donos de terras,

pois previa que indenização seria paga em títulos de dívida pública, o que foi rejeitado no Congresso.

A insatisfação com o governo só crescia. Os militares sempre se faziam presentes e dispostos em intervir politicamente. Sabendo disso, forças conservadoras e outras instituições formadoras de opinião da sociedade inflamaram um “golpe de classe”, termo cravado por Dreifuss, na obra: 1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe; e citado por Leonardo Boff:

A partir dos anos 60 do século passado se constituiu o complexo IPES/IBAD/GLC. Explico: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES fundado em 29 de novembro de 1961), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Grupo de Levantamento de Conjuntura (GLC) e mais tarde, oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), formando uma rede nacional composta por grandes empresários multinacionais, nacionais, banqueiros, órgãos de imprensa, intelectuais e alguns militares, a maioria listados no livro de Dreifuss. O que os unificava, diz o autor “eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado” (p.163) para que fosse funcional a seus interesses corporativos. O inspirador deste grupo era o General Golbery de Couto e Silva que já em “em 1962 preparava um trabalho estratégico sobre o assalto ao poder” (p.186). (BOFF, 2012).

Nessa mesma linha, Jorge Ferreira chamou a aliança desse grupo de “grande conspiração.” E ainda acrescentou mais alguns personagens, deixando claro que já existiram outras tentativas de golpe e que esta tomada de poder não seria possível sem o apoio popular. Nas palavras do mencionado autor,

[...] a exemplo de empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e Igreja tradicionalista – com a CIA e o Departamento de Estado norte americano. A conspiração direitista interna-externa, desse modo, teria sido o fator fundamental para a crise política de 1964.

[...] Ora, desde 1954 grupos conservadores brasileiros tentaram golpear as instituições: em agosto daquele ano, em novembro de 1955, em duas tentativas no governo de Juscelino e uma decisiva em agosto de 1961. Não conseguiram. Não encontraram apoio na sociedade para o golpe. Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar ampla base social para levar a conspiração adiante. (FERREIRA, 2003, p. 347).

³ Sob essa ampla denominação de "reformas de base" estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendiam-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior (CPDOC).

“O isolamento presidencial”, termo definido por Jorge Ferreira, ficou evidente e irreversível. No dia 31 de março, o presidente do Senado à época, Auro de Moura Andrade, declara rompimento da casa com o Governo. As tropas do general Olímpio Mourão Filho, marcham de Juiz de Fora (MG) rumo ao Rio de Janeiro. Os militares que apoiavam Jango, não se manifestaram ou se omitiram. No dia seguinte, Jango voa para o Rio Grande do Sul (RS), reduto de um de seus únicos aliados neste momento, Leonel Brizola. Auro Andrade declara vaga a presidência da república. Dá-se início um processo de vinte e um anos de ditadura militar no Brasil.

Como visto anteriormente, o temor de que comunismo crescente no mundo chegasse ao Brasil, fez com que a Igreja Católica apoiasse o golpe. A instituição que reunia os Bispos deu legitimidade e declarou apoio ao evento:

Houve acalorada discussão entre progressistas e conservadores. De um lado, Dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio, apoiado por Dom Carlos Carmelo Mota, arcebispo de São Paulo e presidente da CNBB, criticaram os militares por desrespeito à Constituição e à ordem democrática. De outro, Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e Dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina (MG), exigiam Te Deum por ter a Virgem de Aparecida escutado os clamores do povo e livrado o Brasil da ameaça comunista. Venceu esta segunda posição. A CNBB deu seu apoio oficial aos militares golpistas. (FREI BETTO, s.d.)

Através de um documento, dois meses após o golpe, a CNBB fez uma declaração de apoio contraditória, segundo Scott Mainwaring. Apesar do sucesso da operação que “salvou” o Brasil, os militares reprimiram com excesso alguns integrantes da própria Igreja:

“Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, das Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra (...). Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações dos milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da nação”. (MAINWARING, 1989, p. 102).

Houve repressão a integrantes eclesiais, por supostas ligações subversivas desse grupo.

“Não podemos concordar com a atitude de certos elementos, que tem promovido mesquinhas hostilidades contra a Igreja, na pessoa de bispos, sacerdotes, militantes leigos e fiéis. (...) Não aceitamos a acusação injuriosa de que bispos, sacerdotes ou fiéis ou organizações como, por exemplo, a Ação Católica e Movimento de Educação de Base (MEB) sejam comunistas ou comunizantes”. (MAINWARING, 1989, p. 103).

Ou seja, não houve apoio incondicional da Igreja Católica, principalmente por meio da CNBB. Não havia unanimidade na Igreja Católica. “Logo a repressão percebeu que nem toda a Igreja apoiava o golpe. Havia até mesmo bispos e cardeais críticos à ditadura e dispostos a

defender os direitos humanos”. (BETTO, s.d.). Existia a presença de pelo menos três forças dentro do catolicismo brasileiro, e também na instituição dos bispos: conservadora, moderada e progressista. Mainwaring definiu como uma “heterogeneidade” (p. 68) a situação política da CNBB.

A partir do momento em que o grupo de bispos reacionários, colocado em minoria nas assembleias, decidiu buscar reforços fora do quadro eclesial e passou a utilizar os órgãos de comunicação de massas para delatar o “comunismo” dos progressistas, quebrou-se o mito da fraternidade episcopal [...] (ALVES, 1979, p. 55).

Assim, definiu-se que os progressistas eram considerados de esquerda, e os conservadores (reacionários) os apoiadores do golpe. Com a implantação da ditadura, os conservadores assumiram a direção, mas não o controle, da instituição. “Em outubro de 1964, uma lista de candidatos conservadores derrotava os bispos progressistas que haviam dominado a CNBB desde o seu princípio”. (MAINWARING, 1989, p.104). Ainda segundo esse autor,

Durante os anos seguintes, a CNBB tornou-se mais conservadora e burocrática. Porém, embora as mudanças de 1964 representassem uma derrota contra os bispos progressistas, eles detiveram o controle de diversas posições de importância. (MAINWARING, 1989, p. 104).

Desde o início da ditadura, os militares já cometiam atos repressivos aos cidadãos, inclusive à representantes clericais, com conhecimento do clero brasileiro. A princípio a instituição dos bispos repudiou os excessos aos religiosos e a suas organizações leigas, mesmo aquelas consideradas próximas à esquerda. Porém, “entre 1964 e 1968, a CNBB preocupou-se mais com sua ordem interna do que com a política e com a ação social. Nem mesmo as premissas do Concílio do Vaticano II [...] foram suficientes fazer com que a CNBB se esforçasse para promover a justiça social. [...] os bispos nada diziam sobre o governo militar, sobre repressão ou sobre o modelo econômico”. (MAINWARING, 1989, p.104). “A CNBB foi relativamente cautelosa entre 1964 e 1970 [...]” (MAINWARING, 1989, p.105). O conservadorismo institucional afastou-se desses movimentos leigos.

Um personagem importante na caminhada de oposição e denúncia desde o início do golpe, foi D. Helder Câmara. Fundador da CNBB, ele “e o novo governo entraram em choque desde o início”. (MAINWARING, 1989, p.116). Como secretário geral da CNBB, D. Helder sempre esteve à frente das decisões na instituição, mesmo não sendo como presidente. Sua posição progressista provavelmente o afastou do centro de decisões políticas no período

próximo do golpe. “A 12 de março de 1964, D. Helder foi transferido para Recife. [...] Porém, Dom Helder recusou-se a silenciar.” (MAINWARING, 1989, p.116). Inclusive se negou a rezar uma missa em ação de graças para as tropas, proposta pelo então amigo de longa data General José Muricy, quando do segundo aniversário da revolução de 64. “O general Muricy rompeu trinta anos de amizade com dom Helder por causa da controvertida recusa do bispo em abençoar o regime militar”. (SERBIN, 2001, p. 155).

A Igreja como um todo passa a intervir junto ao governo militar pelos seus religiosos, principalmente após o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI 5), em dezembro de 1968. “Após a declaração do AI nº 5, os conflitos agravaram-se. No nordeste, os militares pararam de fazer concessões para evitar o conflito com a Igreja”, o que não se mostrou muito efetivo. (MAINWARING, 1989, p.119). “No final dos anos 60, alguns bispos começaram a denunciar a tortura e a violência, bem como as políticas desiguais do governo”. (SERBIN, 2001, p. 106). Ney Souza observa que,

A partir de 1968 a cúpula da Igreja Católica começou a distanciar-se das autoridades políticas. Os principais acontecimentos deste ano (AI - 5, primeiras experiências de constituição das Comunidades Eclesiais de Base e Conferência de Medellín) motivaram essa virada no comportamento da hierarquia eclesial. Suas preocupações sociais passaram, então, a sofrer uma constante evolução, cujo ponto culminante foi o posicionamento crítico assumido por bispos e outras autoridades religiosas frente ao governo ditatorial. (SOUZA, 2009, p. 3).

A CNBB também se posicionou como defensora dos direitos humanos. Desse modo,

A 18 de fevereiro de 1969 [...] a CNBB deu um passo adiante na questão dos direitos humanos. [...] Os bispos criticaram o AI 5 por permitir violações arbitrárias dos direitos humanos, inclusive sua restrição à autodefesa em tribunal [...] Criticaram o governo militar por ameaçar a dignidade física e moral do indivíduo e por estimular uma radicalização maior da situação política. (MAINWARING, 1989, p. 130).

Mas ainda assim, havia bispos que se negavam a se indispor com os militares. Não havia embates diretos entre as instituições. “Mesmo após Medellín, onde os leigos e bispos progressistas do Brasil desempenharam um papel essencial, a CNBB continuou emitindo documentos conservadores. No papel, apoiava a mudança social, mas evitava fazer crítica a repressão ou política econômica”. (MAINWARING, 1989, p.105). “Em 1969, por exemplo, padre Amaury Castanho, editor do jornal arquidiocesano O São Paulo, preparou um editorial contra a tortura, mas recebeu ordens de Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo presidente da CNBB, para não publicá-lo.” (SERBIN, 2001, p. 104).

As diferenças políticas e ideológicas entre militares e Igreja Católica se mostravam cada vez menos suportáveis, enquanto os conflitos se tornavam cada vez mais latentes. Órgãos e pessoas ligadas à Igreja sofrem mais intervenções por parte das autoridades. Em 1969 a ordem de frades dominicanos é acusada de subversão, e de cumplicidade com os terroristas, por terem dado apoio à Marighella⁴. Em março do mesmo ano, o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira, ligado à Juventude Operária Católica (JOC), aumenta as tensões. “Esse foi o primeiro assassinato de um clérigo no Brasil. [...] Em agosto de 1970, dois padres em Rio Preto do Maranhão foram aprisionados e um deles torturado [...]” (MAINWARING, 1989, p. 120).

Na CNBB, os bispos considerados menos conservadores voltam ao comando da instituição no final da década de 1960. O enfrentamento e a crítica ao governo ficaram mais claros. Dom Aloísio Lorscheider foi eleito secretário Geral da CNBB em 1968, o mesmo cargo que D. Helder exercia em 1964. “Ele restaurou o tipo de liderança dinâmica que faltava à CNBB desde a derrota de D. Helder, em 1964.” (MAINWARING, 1989, p. 129). Em São Paulo, outro personagem importante no período assume a arquidiocese de São Paulo a partir de 1970, em substituição à D. Agnelo: Dom Paulo Evaristo Arns. D. Evaristo Arns sempre esteve próximo aos movimentos leigos e de base. “Sob sua liderança, as CEB’s, a defesa dos direitos humanos e os direitos dos pobres tornaram-se prioridade da arquidiocese”. (MAINWARING, 1989, p.124). Inclusive minimizando as diferenças internas, entre bispos opositores, dentro da própria CNBB, com o intuito de direcionar a atuação da instituição. Nessa altura, há uma aproximação entre progressistas e moderados, como observa Teresinha Duarte,

Com a eleição de D. Aloísio Lorscheider [...] e com o aumento dos conflitos entre Igreja e o regime, começou um processo de união e solidariedade entre os setores moderado e progressista da CNBB, e uma definição dessa instituição para defender a implementação e a prática da Doutrina Social da Igreja e o seu conceito de desenvolvimento integral. (DUARTE, 2003, p. 52).

A transformação do pensamento e da atuação dos bispos não poderia gerar outra visão nos militares, que não fosse uma situação de oposição. Diferentemente da época do golpe em 1964, quando a Igreja oficializou o apoio, através da CNBB, ela não oficializou a oposição, mas aumentou o tom das críticas. “Em função dessas mudanças institucionais e o recrudescimento da repressão, a CNBB começou a adotar posições mais críticas em relação ao Estado”. (MAINWARING, 1989, p.130).

⁴Carlos Marighella foi integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), nome do movimento guerrilheiro que propunha entre outras coisas, “derrubar a ditadura militar e formar um governo revolucionário do povo” (BETTO, 1987).

Regionalmente, as prelazias mais desfavorecidas economicamente, sempre fizeram as denúncias mais fortes ao sistema econômico. Sendo formada por cidadãos mais carentes, as dioceses mais pobres do Brasil estavam localizadas no norte, nordeste e parte norte do estado de Goiás (atual Tocantins). “Por volta de 1973, os bispos do Amazonas e do nordeste eram os mais progressistas do país”. (MAINWARING, 1989, p.106). Essa opção na defesa pelos menos favorecidos foi definida como Igreja popular. Nas palavras de Margarete Pereira da Silva,

A reunião do CELAM em Medellín foi a mola propulsora da Igreja popular na América Latina. Medellín começou como tentativa inspirada pelo Vaticano II para compreender o papel da Igreja em meio às mudanças da sociedade latino-americanas. [...]

Medellín representou um sucesso significativo da nascente Igreja popular. Apesar da inferioridade numérica dos bispos populares, o CELAM aprovou um documento que ostentava posições pastorais mais progressistas do que as encontradas em qualquer país latino americano da época. (MAINWARING, 1989, p.132).

No Vaticano II ficou definida a atuação da Igreja Católica, frente às mudanças sociais ocorridas no período. O concílio direcionou a ação dos fiéis em busca de uma sociedade mais justa e procurou diminuir a distancia entre povo e Igreja.

João XXIII convocou o Concílio Vaticano II (1962-1965), falecendo antes de sua conclusão, mas a sua realização implementou novos posicionamentos para os católicos, sobretudo a hierarquia. O Concílio propôs maior participação dos leigos, justiça social, maior sentido de comunidade, maior co-responsabilidade dentro da Igreja e relações de maior proximidade entre o clero e o povo. (SILVA, 2009, p. 247).

O embate entre militares e religiosos foi inevitável. A pressão em cima daqueles que não concordavam com o regime era imediata, mesmo sendo a Igreja o agente opositor. Qualquer ameaça ou crítica era vista como subversiva, e combatida em nome da segurança nacional. “A repressão foi o instrumento usado para garantir a ordem”. (DUARTE, 2003, p. 34). Abordando o tema A Igreja e a política no Brasil, Márcio Moreira Alves analisa da seguinte forma a posição dos bispos frente ao recrudescimento da repressão:

Pouco a pouco, no entanto, a repressão deixou de ser um expediente improvisado, utilizado para garantir aos vencedores a posse do Poder, para arrancar às personagens do antigo regime as provas de subversão que justificariam o assalto dos generais às instituições do país. Passou a ser um sistema complexo de serviços de espionagem, baseados em uma doutrina de segurança nacional, totalitária e maniqueísta. O aparelho repressivo tornou-se um Estado dentro do Estado, uma parte integrante e indispensável do regime. A medida que os católicos, entre os quais

padres e freiras, caíam nas mãos dos inquisidores oficiais e eram torturados ou mortos, até os bispos mais predispostos a aceitar os desmentidos das autoridades deixaram de fingir que ignoravam a sorte das vítimas. (ALVES, 1979, p. 184).

Para tentar resolver, ou minimizar, os conflitos entre duas das principais instituições do Brasil, houve no início dos anos 70, ainda no governo de Emílio Garrastazu Médici, um encontro entre representantes das instituições militar e Católica. “O encontro no retiro da Gávea ecoava esse otimismo. Na manhã de 3 de novembro de 1970, outros representantes juntaram-se ao general Muricy e a Cândido Mendes [...]”. (SERBIN, 2001, p. 47). Esse foi o primeiro de alguns encontros discretos entre as forças armadas e o clero brasileiro, que ficou conhecido como Bipartite. Além de buscar solução para o impasse no imbróglio, “debatiam em 24 reuniões, no decorrer de quatro anos, temas de suma importância para a Igreja e o Estado”. (SERBIN, entrevista, 2002). Eram encontros extra oficiais, de representantes de ambas as partes, para no mínimo amenizar os choques latentes entre elas. “A Bipartite foi um diálogo secreto, e um diálogo formal mantido de maneira mais informal possível”. (SERBIN, 2001, p. 413), isso porque os militares menos acessíveis, ou da linha dura⁵, eram contrários à interferência política da Igreja. “As culturas militar e eclesiástica compartilhavam de alguma semelhanças mas também de grandes diferenças”. (SERBIN, 2001, p. 32). Necessário fazia-se debater essas discordâncias ideológicas entre aquelas instituições. E esses foram um dos temas da Bipartite.

O que estava em questão, para a Igreja, era definir o seu papel em defesa do povo e dos pobres, que se embasava na questão da justiça social e dos direitos humanos. Porém, os militares interpretavam essa luta por direitos como comunismo e subversão, pois produziam pensamentos, documentos e ações contrárias ao interesse e à segurança nacional interna. “Os militares enfatizavam os perigos do comunismo, enquanto a Igreja apontava para necessidade da justiça social.” (SERBIN, 2001, p. 35). Na fala do general Paula Couto, chefe do Estado Maior do Exército (EME) em 1970 e um dos articuladores dos encontros, a falta de informação da Igreja sobre a realidade econômica brasileira, era o argumento principal para acusação de proximidade entre o clero e o Movimento Comunista Internacional (MCI). Tanto que nos quatro primeiros encontros do grupo, “os bispos e as autoridades se concentraram na questão do desenvolvimento socioeconômico”. (SERBIN, 2001, p. 33). Em resposta ao general, Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo primaz do Brasil, questionou-o: “onde termina a justiça social e começa a subversão”? (SERBIN, 2001, p. 33). Tal frase pode demonstrar quão preparada ideologicamente estava à Igreja.

⁵ A Linha dura era uma ala autoritária da ditadura, formada por oficiais que queriam a permanência dos militares no poder. Eram contra a abertura política e que “queria continuamente bater na Igreja” (SERBIN, entrevista, 2002).

O perfil progressista da CNBB acentua-se no ano de 1971, face a dois eventos:

Em 1971, duas outras organizações, que se haviam tornado politicamente polêmicas porque acusadas pelo Governo de serem antros de subversão, foram ligadas à CNBB: o IBRADES (Instituto Brasileiro de Estudos Sociais), criado pelos Jesuítas na Universidade Católica do Rio de Janeiro, e o CENFI (Centro de Formação Intercultural), criado por Mons. Ivan Illich a fim de preparar os missionários para o seu trabalho. (ALVES, 1979, p. 68)

Mesmo durante a Bipartite, o embate entre Igreja progressista e exército conservador não cessaram. Além de ataques verbais, a Igreja continuou ser taxada de subversiva e a sofrer outras ações de represália. “O Exército, cada vez mais, via a Igreja como um ninho de subversão, especialmente os setores mais radicais que se opunham ao governo”. (SERBIN, 2001, p. 107). Kenneth Serbin apresenta em sua obra *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*; os seguintes dados estatísticos sobre a perseguição à Igreja.

Uma contagem parcial feita ente 1968 e 1978 documentou a prisão de mais de uma centena de padres, sete mortes e numerosos casos de tortura, expulsão de estrangeiros, invasão de edifícios, ameaças, indiciamentos, sequestros, infiltração de agentes do governo, censura, proibição de missas, e encontros, além de vários documentos e publicações falsificados e forjados. Trinta bispos foram vítimas da repressão. (SERBIN, 2001, p. 109).

O que acontecia era que, apesar de todos os ataques, ambos os lados sabiam da necessidade de suporte um do outro. Ambas instituições, Igreja e Estado, eram de certa maneira interdependentes. “As duas mais importantes instituições brasileiras precisavam uma da outra. Os generais queriam a bênção dos bispos ao seu regime, e os prelados queriam garantia dos privilégios e do espaço doutrinal concedidos à Igreja [...]” (SERBIN, 2002, p. 35). Os militares sabiam da importância que a Igreja tinha na formação de opinião da sociedade sobre o regime e não queriam se indispor totalmente com essa força. E “mesmo no auge da repressão, a Igreja estava interessada em manter boas relações com um governo violento.” (SERBIN, 2001, p. 51).

Para Serbin, a “Bipartite era uma ferramenta política que cada lado utilizou para sua própria vantagem.” (SERBIN, 2001, p. 419), onde se procurou manter o diálogo e não fazer ruptura. Ou seja, não se pode dizer que houve um vitorioso, entretanto o autor afirma que a

Igreja ganhou menos, pois havia ganhado voz denunciando violações e lutando pelos direitos humanos. “Ela via vantagem no diálogo.” (SERBIN, 2001, p. 418). Os militares tinham o poder efetivo, e a Igreja o poder moral.

A comissão Bipartite teve fim em agosto de 1974, ano de assunção do Governo do General Ernesto Geisel, militar de origem religiosa no protestantismo. Ele preferia ver a relação do Brasil com a Igreja num patamar entre estados, ou seja, Brasil e Vaticano. Antes dessa interrupção, houve três encontros da comissão para definir o prosseguimento das conversas. Porém, os militares da “linha dura” eram contrários aos diálogos com a Igreja, assim como o presidente. Então Geisel preteriu a CNBB ao Núncio Apostólico⁶, pois “considerava o Núncio Apostólico o representante apropriado da Igreja no Brasil.” (SERBIN, 2001, p. 411). E caso a CNBB quisesse se reportar ao governo, teria que fazê-lo diretamente, sem intermédio da Bipartite ou outra comissão.

Além disso, Geisel se dizia disposto a iniciar a saída dos militares do poder, para o retorno dos civis. Todavia, seria uma “abertura gradual, lenta e segura – especialmente para as forças armadas.” (SERBIN, 2001, p. 408). Tentou mudar a perspectiva do significado de segurança nacional pelas armas, para uma que tivesse o objetivo de consciência universal, onde todos os brasileiros seriam responsáveis para se alcançar tal objetivo.

Geisel quis mostrar que a segurança nacional não se limitava a uma segurança militar passível de ser conseguida pelas armas. Muito mais do que isto, a segurança nacional era um conjunto de virtudes capazes de fazer um povo, obstinadamente, perseguir o seu destino de grandeza, através de seu desenvolvimento. (DUARTE, 2003, p. 37).

Posteriormente, a eleição de Jimmy Carter ao governo dos Estados Unidos em 1977, e sua proposta em frear o desrespeito aos direitos humanos, corroborou para esse discurso de abertura. “Após a posse do Presidente Carter, que decidiu utilizar a questão do respeito aos direitos humanos como um instrumento da sua política de confrontação com a União Soviética, o que o obrigou a criticar mais duramente o comportamento de alguns dos seus aliados e satélites [...]” (ALVES, 1979, p. 227). A postura dos EUA em relação às ditaduras da América Latina passa a coadunar com as diretrizes da política externa do governo, então, Geisel “controlou os torturadores e a linha dura, revogou o AI 5, restaurou as liberdades civis e relaxou a censura à imprensa.” (SERBIN, 2001, p. 408). Assim, em sua interpretação, a Bipartite não mais seria necessária para intermediar e apaziguar os ânimos.

⁶ O Núncio Apostólico era uma “espécie de embaixador do Vaticano” (SERBIN, entrevista, 2002). Na verdade um embaixador por analogia, pois representa a Santa Sé, que não é um Estado. [...] “Vaticano que permite ao núncio exercer a diplomacia pontifícia no território local que foi incumbido pelo Santo Padre [...]. Como Representante da Santa Sé, o Núncio desenvolve uma missão diplomática junto ao governo.” (ALBUQUERQUE FILHO, sd.).

CAPÍTULO II – A CNBB E A ABERTURA POLÍTICA: CRÍTICA, OPOSIÇÃO OU OPOSIÇÃO CONSENTIDA?

Após o fim da Bipartite, os conflitos se mantiveram. Na verdade, aumentaram as críticas e as denúncias de excesso do militares, que apesar das negociações, mantinham a pressão em cima daqueles considerados opositores. “A relação Igreja-Estado manteve-se conflituosa entre 1974 e 1978. Enquanto corpo coletivo, os bispos se tornaram mais críticos em relação ao governo, e organizações Católicas de base continuaram a entrar em conflito com o Estado”. (MAINWARING, 1989, p.178).

Pretende-se nesse capítulo, analisar se houve alguma mudança considerável na atuação da Igreja em relação ao regime ditatorial, com o fim do canal de diálogo entre Igreja-governo no representado pela comissão Bipartite (1970-1974). A mencionada análise pauta-se nos Comunicados Mensais da Confederação dos Bispos do Brasil, que como mencionado, fora alijada do diálogo direto com o governo sob o general Geisel.

Os Comunicados são impressos e publicados desde a criação da CNBB, em 1952. Os volumes estudados estão agrupados em brochura, no formato de livro, separados cronologicamente por ano, e arquivados no Centro de Documentação e Informação (CDI) da instituição. Diferentemente de outras publicações da Confederação, os Comunicados não estão disponíveis na Internet, apesar de terem sido digitalizados pelo CDI. São produzidos e distribuídos aos assinantes até os dias atuais. Hoje em dia não são arquivados ano a ano. Seu armazenamento é separado por mês, além de possuir o arquivamento digital.

Quanto ao período em foco do estudo, este corresponde aos primeiros anos de transição da ditadura à democracia no Brasil. Contexto no qual foi posto em prática o que Francisco Carlos Teixeira da Silva denomina “projeto Geisel/Golbery” que concebe uma “transição lenta e gradual e segura”. Na opinião de Adriana Nero Codeto, o governo Geisel (1974-1979) no qual insere-se o recorte temporal do presente trabalho (1975-1979), é a fase de “transformação do regime ditatorial-militar” quando é anunciada e posta em prática a política de transformação do regime. A esse projeto Geisel-Golbery contrapõem-se setores da

chamada linha dura do regime que perpetraram alguns atos terroristas, inclusive contra a Igreja Católica, a exemplo de uma bomba colocada no altar da igreja de Nova Iguaçu – RJ, onde o bispo Dom Adriano Hypólito atuava. Além disso, registram-se, no período em epígrafe, vários outros atos de repressão e mesmo de tortura a membros do clero, registrando-se inclusive casos morte; ilustrativamente cita-se o assassinato do Padre João Bosco Penido Burnier (1976).

Por outro lado, atuação da chamada ala progressista do clero católico, encontra alento na CELAM de Medellín e sua escolha pelos pobres e marginalizados. Ademais, em 1975, o Papa Paulo VI, emitiu o documento papal Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* com reflexões sobre a evangelização (que trata da missão evangelizadora de Cristo e da Igreja, na libertação e salvação dos oprimidos), que norteou as discussões da CELAM de Puebla⁷.

Assim, questiona-se se os ensinamentos do Concílio do Vaticano II, da CELAM e das premissas do documento de Paulo VI, que antecederam o período abordado, foram seguidos e disseminados de forma clara nos Comunicados Mensais para as arquidioceses e se capilarizaram para atuação da Igreja e, principalmente, dos bispos brasileiros frente a repressão dos direitos humanos no Brasil da transição da ditadura à democracia no governo Geisel. Mas especificamente, perguntamos se a CNBB para margear os limites da censura e da repressão, emitiam orientações dirigidas ao clero para serem proferidas no momento das homilias, por exemplo. A intenção é identificar facetas do perfil de oposição adotada pela Igreja Católica, particularmente da CNBB, em relação à ditadura. Para tanto, como já aludido, a linha de abordagem do tema assenta-se, em primeiro lugar, nos Comunicados Mensais da CNBB, mas também na literatura sobre o tema.

Analisando os Comunicados Mensais, no período que compreende os anos de 1975 à 1979, nota-se que não houve mudança significativa na atuação da Igreja após a Bipartite. Como cita Serbin em seu livro, não houve ruptura entre as instituições. Então, se questiona: como falar em oposição? Serbin complementa dizendo que “Os bispos e o Vaticano criticavam o governo, mas não cortaram relação com eles.” (SERBIN, 2001, p. 418).

Por se tratar de uma documentação que contém informações oficiais, decisões dos bispos, atas de suas reuniões, além de notícias eclesiais datadas e assinadas por eles, os Comunicados podem ser considerados uma fonte primária (e nesse caso original).

⁷Conferência realizada no ano de 1979, em Puebla, México. A “opção preferencial pelos pobres” que a Igreja Latino-americana fez em Puebla (1979), era a opção pelos injustiçados, por aqueles que foram “em-pobrecidos”, ou seja que se tornaram pobres, em decorrência da exploração econômica e das políticas oficiais”. (DUARTE, 2003, p. 211).

Concordando com o filósofo Robin George Collingwood, que concebe a análise histórica como uma interpretação, será pois, necessário confrontar a bibliografia com a documentação, numa espécie de pergunta e resposta, para tentar identificar pontos que apontem e possam esclarecer, se as ações da Igreja Católica, através da CNBB, foram de oposição ou apenas críticas severas ao regime militar no período pesquisa. Segundo Collingwood, “a história é uma investigação construída na base das inferências”. (PEREIRA, 2006, p. 73).

Desse modo, pretende-se inferir da documentação em apreço, os comunicados, os Comunicados Mensais da CNBB, o posicionamento dessa instituição frente ao regime ditatorial. Além disso, a averiguação irá buscar nos Comunicados publicados pela CNBB, indícios de direcionamento para se fazer oposição ao regime por parte dos fiéis e suas paróquias.

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008 *apud* SILVA, et al. 2009, p. 2).

A investigação não se baseia simplesmente em analisar documentos publicados pela CNBB sobre assuntos ligados ao repúdio da violência, tortura, ou as questões econômicas. Vai buscar neles sinais de orientação dos bispos para se fazer oposição nas missas, por exemplo. Se considerarmos a afirmação de Serbin: “a CNBB tornou-se a voz dos que não tem voz”, (SERBIN, 2001, p. 48); ponderar como a instituição dos bispos agiu proclamando “tal voz”, e em que ocasião essa voz foi mais ouvida. Para tanto, estar-se-á atento aos ensinamentos de Jackson Silva et al, quanto à importância de contextualização de uma análise documental,

É primordial em todas as etapas de uma análise documental que se avalie o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito. (SILVA et al. 2009, p. 8).

Sabe-se que a missão primeira da Igreja Católica está ligada a fé e religiosidade das pessoas, em busca da salvação. Mas ela não deve ficar aquém dos acontecimentos que a

circunda. A propósito do período em pauta, estima-se que não ficou. E procurou seguir as orientações da matriz, nesse caso o Vaticano, que dita a missão doutrinária da Igreja no mundo. “Embora Weber enfatize principalmente o caráter conservador da religião, seus escritos sugerem que as Igrejas nunca estão completamente fechadas a influências carismáticas.” (MAINWARING, 1989, p.24). Entrou nas questões sociais na ditadura brasileira, pois faz parte de sua luta pelos perseguidos, além complementar uma visão de autopreservação, pois “a luta política pode fazer com que as identidades sociais e as ideologias sejam repensadas, criando novas identidades e novas ideologias.” (MAINWARING, 1989, p. 25). Quanto à questão da fé e da salvação, Mainwaring pronuncia-se nos seguintes termos:

A fé é um fenômeno supra-racional se proclama pairar sobre todos os outros valores. A Igreja tem início nessa fé, mas, como toda instituição, ao desenvolver interesses, então tende defendê-los. O objetivo principal de qualquer Igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influência na sociedade e no Estado, o número de seus adeptos e sua situação financeira. (MAINWARING, 1989, p.15).

Relativo à predisposição da Igreja Católica em se imiscuir nas questões dos direitos humanos, encontra-se uma relação casual entre estes e o compromisso tradicional da Igreja com a salvação universal, de acordo com as reflexões de Mainwaring, segundo quem,

O compromisso tradicional da Igreja com a salvação universal (em oposição à salvação de poucos eleitos) é fundamental em sua tentativa de incluir em si todas as classes e indivíduos de credos políticos extremamente diversos. (MAINWARING, 1989, p.16).

Com o advento do golpe, e a mudança do caráter de salvação proclamado por ele, a Igreja muda de posição no início da década de 70 e o inimigo deixa de ser o comunismo e passa a ser o autoritarismo, momento em que a CNBB assume um papel mais assertivo diante da violência praticada pela ditadura. “A CNBB teve um papel fundamental no trabalho de denúncias das arbitrariedades do regime e se tornou, na década de 1970, um dos atores mais importantes da oposição.” (GOMES, 2014, p. 93).

Ainda antes do início da ditadura, bispos do Nordeste já declaravam problemas existentes entre fazendeiros e sertanejos. Todavia, foi durante a década de 70 que a Igreja, através da CNBB ou mesmo individualmente através dos bispos, mais apresentou e publicou documentos denunciando as questões de conflito em terras indígenas, o combate a violação

aos direitos humanos, e mais tarde críticas à economia. Vários foram os documentos e declarações publicados pela Igreja de diferentes regiões do Brasil. Ilustrativamente, citam-se:

Em 1952, no documento “A Igreja e o Vale do São Francisco”, os bispos manifestavam a crença de que seria necessário trabalhar com o fazendeiro e ele então entenderia a necessidade de mudança nas relações no campo. [...] Outro documento do episcopado de 1956, “Declaração dos Bispos do Nordeste”, reafirmava a crença na benevolência dos fazendeiros. (SILVA, 2009, p. 242).

Em 1973, os bispos e superiores religiosos do Nordeste divulgavam o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo” com dados sobre a renda per capita, trabalho, alimentação, habitação, educação e saúde, desnudando a situação de pauperização da região Nordeste. (SILVA, 2009, p. 245).

Em 1973, isso culminou com dois documentos redigidos pelos bispos da Amazônia que tiveram repercussão em nível internacional. [...] “A marginalização de um povo” e “Y-Juca Pirama” faziam fortes críticas ao capitalismo. (MAINWARING, 1989, p.114).

Outros foram os protestos escritos e publicados pelo clero, através de diferentes instituições e indivíduos que não CNBB. Clérigos que não desempenhavam cargos de chefia na confederação, tiveram papéis relevantes nas lutas sociais. Paulo Cesar Gomes reporta:

Bispos como dom. Helder Câmara, dom Paulo Evaristo Arns, dom Ivo Lorscheiter, dom Waldyr Calheiros, dom Pedro Casaldáliga, entre outros, adotaram diversas estratégias de atuação, que iam da denúncia da tortura no Brasil e o exterior até o uso de forma simbólica na defesa dos presos políticos ou mesmo dos direitos dos povos indígenas. (GOMES, 2014, apresentação, p. 2).

Num período de censura à ideias contrárias ao regime militar, tais manifestos são vistos como posicionamentos de forma progressista ou mesmo oposicionista ao governo. Com o decreto do AI 5, o regime aumentou o poder da censura aos órgãos de imprensa e a outros que faziam produções impressas, como a própria Igreja. “Só a partir de 1970, aproximadamente, a Igreja Católica começaria a ocupar a atenção dos órgãos de informação com mais intensidade.” (GOMES, 2014, p. 2). “Porém, apesar de dificultar a divulgação de seus protestos na imprensa brasileira, a censura não conseguiu impedir a circulação dos documentos episcopais, como os relatórios das Assembleias Gerais.” (GOMES, 2014, p. 90). Márcio Moreira Alves chama atenção da censura não abarcar todos os meios:

Mas essa dominação é incompleta, por que dela escapam as comunicações eclesásticas, mesmo que o principal jornal católico, pertencente à Arquidiocese de São Paulo, seja dos poucos diários a hospedar permanentemente um censor na sua redação. (ALVES, 1979, p.171).

Ou seja, algumas informações conseguiam passar despercebidas, ou não eram consideradas perigosas, quando da vistoria e do crivo da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal (CI/DPF) e dos outros órgãos de inteligência do governo. Essa oportunidade poderia, então, ser utilizada para fazer uma oposição mais clara. Mesmo algumas orientações direcionadas nas homilias das missas, poderiam fazer menções à resistência. Lógico que essa crítica seria mais bem observada, a partir de sua propagação, pelos órgãos de censura e investigação.

2.1 – COMUNICADOS MENSAIS DE 1975

Foram analisados 09 (nove) documentos deste ano: Janeiro (Três Recomendações da XV Assembleia Geral; Reunião Especial Conjunta da Antiga e Nova Comissão Episcopal). Fevereiro (Com o Presidente da República; Ao Presidente da República). Março (Com a Editora Vozes). Outubro (Ao Presidente da República, sobre Pessoas Desaparecidas; Mensagem Pastoral: "Não Oprimas Teu Irmão"). Novembro (Ao Ministro da Justiça, ainda sobre pessoas desaparecidas). Dezembro (Padre Francisco Jentel expulso do país).

O ano de 1975 foi marcado nos Comunicados Mensais pelo início do novo mandato da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP). Normalmente a indicação ocorreria em fevereiro do ano corrente, todavia o processo foi antecipado para o final de 1974, sem motivos explícitos no Comunicado. A CEP é responsável por organizar as várias pastorais da Igreja, entre elas as mais problemáticas para o regime: Pastoral da Terra; Pastoral da Amazônia, entre outras. Porém, considerando a efervescência do período e a tendência progressista da CNBB, a esse tempo, a eleição pode ter sido influenciada por mudanças da instituição.

Nos demais meses, o Comunicado abordou e publicou assuntos sobre as recomendações da XV Assembleia Geral, como: instalação de uma rede Telex para transmissão de notícias e decisões entre Igrejas e, problemas das imigrações dos países vizinhos para o Brasil, supostamente causadas por perseguições políticas. Envio e recebimento de carta ao Presidente Geisel, sobre assunção da nova diretoria da CNBB. Encaminhamento ao presidente Geisel, por D. Ivo Lorscheister, então Secretário Geral da CNBB, de um expediente sobre anistia à presos políticos de São Paulo, a pedido dos parentes dos presos, além de correspondências enviadas à Geisel e ao Ministro da Justiça pedindo informações e “melhores esclarecimentos” sobre pessoas desaparecidas. Segundo o cardeal,

esta correspondência foi para atender pedido de “esposas que não sabem se se devem considerar legalmente viúvas ou não, são filhos a procura dos pais, são pais a procura dos filhos.” (C.M. 1975, p. 977).

A CNBB publicou no periódico mais um documento: Não oprimas teu irmão; “no qual protestavam contra a onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos, e [os] graves acontecimentos que vêm estarrecendo a população de São Paulo.” (GOMES, 2014, p. 117). Também analisou possíveis problemas que a Editora Vozes poderia ter com a censura, e informou a seus leitores sobre o decreto do Presidente da República, pela expulsão do Padre Jentel do país. Este caso foi de conhecimento nacional, pois a expulsão do referido padre francês, veio dois anos após ele ter sido condenado, em 1973, a dez anos de prisão pela Justiça Militar. Jentel intercedeu em favor de pequenos proprietários rurais, da região de Mato Grosso, contra empresas do ramo da agropecuária “apoiadas pela polícia e pelo Governo do Estado de Mato Grosso e financiadas pelo Governo Federal.” (ALVES, 1979, p. 193).

2.2 – COMUNICADOS MENSAIS DE 1976

Foram analisados 05 (cinco) documentos deste ano: Fevereiro (Novo documento dos cristãos para o Socialismo). Maio (Memorial ao Presidente da República sobre situação de crise no sertão baiano). Agosto (A Questão da Missão Salesiana de Merure). Setembro (O sequestro de D. Adriano Hypólito). Outubro (Padre João Bosco Burnier).

Os Comunicados Mensais do ano de 1976 foram decisivos para um posicionamento mais crítico da Igreja frente ao regime. E talvez pudesse ter sido ser mais explorado pela Igreja, a seu favor. Novamente houve discussões em relação aos conflitos de terra no nordeste e as causas indígenas no norte. Porém, neste ano, três acontecimentos foram marcantes para a relação entre as instituições. Primeiro, a morte do salesiano Rodolfo Lunkenbein, em agosto de 1976, que lutava pela causa indigenista e demarcação dessas terras no Mato Grosso. No mês seguinte, o atentado sofrido pelo bispo de Nova Iguaçu (RJ), Adriano Hypólito, que “foi sequestrado e torturado por grupos armados de direita.” (GOMES, 2014, p. 117). E em outubro do mesmo ano, o assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, novamente em Mato Grosso. Sobre o episódio Alves reflete que:

Essa mesma região de terras contestadas foi teatro da brutal agressão cometida pela polícia contra um clérigo: o assassinio, dentro de um posto policial, do Padre João Bosco Penido Burnier. Esse assassinio ocorreu dois meses depois de ter sido morto por seqüezes de um fazendeiro o missionário salesiano Rodolfo Lunkenbein, que defendia as terras dos índios bororos. (ALVES, 1979, p. 195).

Os casos do Padre Burnier e D. Adriano Hipólito, um notório defensor dos direitos humanos, tiveram repercussão internacional, e foram descritos com detalhes nos Comunicados. Em repúdio, e novamente em forma de protesto, a CNBB lançou a Comunicação Pastoral para o Povo de Deus, “condenando a repressão contra a Igreja, a violência generalizada, as injustiças sofridas pelas classes populares, a impunidade concedida à violência de direita, a distribuição injusta de terras, a situação dos índios e a doutrina da segurança Nacional.” (MAINWARING, 1989, p.175). Segundo Gomes, “a partir daquele momento, os protestos contra o autoritarismo passariam a ser mais incisivos.” (GOMES, 2014, p. 122).

O link imprensa, datado de 20 de abril de 2010, da página da CNBB na internet, mostra o reconhecimento do assassinato do padre Burnier como crime político, após trinta e três anos de atraso. Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito da prelazia de São Felix do Araguaia, foi testemunha do assassinato e declarou “em um de seus livros que, após a missa de sétimo dia pela morte do padre, a população de Ribeirão Cascalheira foi em procissão até a delegacia, arrombou as portas e as grades e libertou os presos.” (CNBB – IMPRENSA).

A partir dessa atitude, pode se inferir que o povo estava com a Igreja. Não há como afirmar que Dom Casaldáliga inflamou a população para invadir a delegacia, mas pode-se interpretar que a reação da população foi em favor do clérigo assassinado ou, pelo menos, contra o órgão policial que o assassinou. Não há notícia de repúdio pela atitude da população, por parte da Igreja. Nem apoio. Ainda assim a Igreja não decretou desapoio ao regime.

2.3 – COMUNICADOS MENSAIS DE 1977

Foram analisados 08 (oito) documentos deste ano: Janeiro (Comissão Pastoral da Terra – Nota Oficial). Fevereiro (A Doutrina da Segurança Nacional - Dom Cândido Padín). Março (Da Conferência Episcopal Holandesa), Abril (Conferência Episcopal Francesa). Maio (Nota da Assessoria de Imprensa – Solidariedade a Dom Estêvão e Dom Alano). Junho (As Migrações no Brasil – Relatório enviado à 8.^a Reunião dos Organismos Católicos de Migrações do Cone Sul. I Migrações Internas/ II

Migrações Externas). Agosto (Notas da Assessoria de Imprensa – Solidariedade à Dom Pedro Casaldáliga). Novembro (Inauguração da Nova Sede em Brasília).

Nos Comunicados de 1977 consta nota de repúdio à edição do jornal *Correio Braziliense*, de 17 de novembro de 1976, que publicou o depoimento do padre capelão e missionário no Araguaia, Florentino Maboni. Segundo a reportagem, após interrogatório policial, padre Maboni confessou a ação subversiva da Igreja na região. Contudo, a verdade é que pároco foi preso e torturado, sem que os interrogadores soubessem se tratar de um capelão militar. A confissão que tratava a Igreja como agente subversiva foi forjada pelo jornal, com apoio do Sistema Nacional de Informação (SNI). Pinto pondera,

No dia em que o *Correio Braziliense* trombeteava na primeira página a acusação do padre aos seus superiores, atingindo os bispos de Conceição do Araguaia e Marabá, dom Estevão Avelar e dom Alano Pena, eu publicava matéria de página inteira em *O Estado de S.Paulo* com os bastidores da montagem. O golpe fracassou. (PINTO, 2006.).

Dom Estevão e dom Alano voltariam a ser interrogados em maio de 1977 pelas forças policiais, devido o ocorrido na região do Araguaia ano anterior. A CNBB publicou nota de solidariedade aos bispos nos Comunicados do mesmo ano.

Foram publicados também: a Doutrina de Segurança Nacional, na visão dos bispos; recebimento de condolências das conferências da Holanda e da França, em apoio a América Latina, sendo que a conferência francesa informou estar ciente das perseguições ocorridas no continente sul americano, e informa ter sido publicado tais informações nos jornais "Le Monde Diplomatique" e "La Croix"; os problemas das imigrações e dos estrangeiros que vem pedir asilo por temores políticos; mensagens de solidariedade sobre a possível expulsão de Dom Pedro Casaldáliga, em decorrências dos fatos ocorridos; e novamente publicações sobre a Pastoral da Terra e Indigenista. Em novembro e dezembro, os Comunicados destacam a inauguração da nova sede da CNBB em Brasília.

2.4– COMUNICADOS DE 1978

Foram analisados 07 (sete) documentos deste ano: Janeiro (Mensagem para o dia Mundial da Paz – 1º de janeiro de 1978: Não à violência. Sim à Paz; Convocação para Conferência de Puebla; IV Curso de Indigenismo do CIMI – Manaus, 13-28/1/78). Fevereiro (Comunicação do Episcopado do Paraná sobre os problemas da Terra; Nota sobre emancipação de grupos indígenas). Julho (IX Congresso dos Organismos Católicos de

Migração no Cone Sul e III Latino Americano). Novembro (Nova Convocação para Assembleia Geral da CNBB 1979).

Os Comunicados em 1º de janeiro (dia mundial da paz) publicam a mensagem do Papa: Não a violência e sim a paz! Também, a convocação para a conferência de Puebla⁷, e para as eleições da CNBB no ano seguinte; publicações de mensagem, novamente, sobre as questões da emancipação de indígenas e sobre problemas de terras. Dessa vez no estado do Paraná.

O diferencial das questões da terra, nesse comunicado, se trata dos problemas no Paraná, estado fora da região nordeste. A Reunião da Comissão Pontifícia Justiça e Paz – seção brasileira, relatou conflitos em áreas urbanas e rurais, e de refugiados do países do cone sul, que procuram asilo no Brasil, além de relatar conflitos nas questões envolvendo posseiros brasileiros em terras paraguaias.

Vale ressaltar que o CELAM de Puebla ocorreria em 1978, porém com a morte do Papa João Paulo I, o evento foi adiado para o ano seguinte. A CNBB publicou, através dos Comunicados, mensagens em homenagem ao Papa falecido.

2.5 – COMUNICADOS MENSAIS DE 1979

Foram analisados 07 (sete) documentos deste ano: Fevereiro (III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano). Abril (17ª Assembleia Geral - Convocações e Convites; Mensagem de Dom Ivo Lorscheiter – ao assumir a presidência da CNBB; Mensagem à Assembleia e à Nova Diretoria – Do Presidente da República; Solidariedade com os Trabalhadores). Outubro (Nota Oficial do Presidente da CNBB; Nota sobre a legalização do Partido Comunista).

Os Comunicados de 1979 são marcados pela publicação das discussões em Puebla e sua adaptação à realidade brasileira. São assuntos também publicados nesta edição: a eleição e posse de Dom Ivo Lorscheiter à frente da CNBB; visita do Presidente da República eleito, João Baptista Figueiredo, à sede da CNBB em oito de março (antes da eleição de D. Ivo), e posteriormente, sua mensagem saudando os eleitos, com esperança que as relações entre Igreja e Estado “prossigam no mesmo clima de entendimento e boa vontade, para o bem de nossa pátria e de nossa fé” (C.M. 1979, ABRIL, p. 516); além de reuniões da Pastoral da Terra e de mensagens de apoio ao povo brasileiro.

Nesta edição de 1979, o que chama atenção são duas notas publicadas. A primeira é a nota oficial da presidência da CNBB sobre o cumprimento entre o cardeal D. Evaristo Arns e o político Gregório Bezerra, na sacristia da Catedral de São Paulo.

Gregório era um ex-sargento do exército e ex-deputado eleito em 1945 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi preso em 1964, com o advento do Golpe civil-militar e teve os direitos políticos cassados. “Em 1969, foi solto em troca do embaixador americano Charles Elbrick, sequestrado por um grupo de oposição armada. Ficou cerca de dez anos exilado na União Soviética, depois de passar um curto período em Cuba.” (CPDOC). Com a anistia, em agosto de 1979, voltou ao Brasil.

O jornal O Globo lançou, em 03 de outubro de 1979, um editorial denominado flores de Moscou. O texto tratava do cumprimento prestado entre o bispo e político. Assunto que segundo a instituição, foi também noticiada na televisão através do Jornal Nacional do mesmo grupo de mídia. A nota questionava se a reportagem seria, “falha na informação ou intenção em deturpar os fatos?” (C.M. 1979, OUTUBRO, p. 980). A presidência da CNBB alegou que não se nega a entrada na Catedral, nem cumprimento do cardeal a quaisquer pessoas.

A segunda nota, datada de 04 de outubro de 1979 e assinada pelo Secretário Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, aborda a Legalização do Partido Comunista. A nota não deixa clara a posição da CNBB, quanto à aprovação ou não do partido. Por analogia à crítica feita aos parlamentares, depois que estes aprovaram a lei do divórcio, a nota deixa a impressão de crítica na nota e na aprovação do partido.

Parlamentares que feriram publicamente a unidade e dignidade da família brasileira, legalizando o divórcio e assistindo inermes ao desmando moral dos Meios de Comunicação Social em nossa pátria, empanaram sua respeitabilidade para julgar sobre a legalização de partidos, argumentando em base à dignidade da pessoa humana. (C.M. 1979, Outubro, p. 983).

Nota-se que, em todos os anos a CNBB faz a solicitação, junto ao governo, para que seja veiculada da Campanha da Fraternidade e o pronunciamento do Papa sobre ela, através do rádio e da televisão. Tanto a solicitação quanto a autorização são publicadas em algum dos Comunicados do ano. Nos anos compreendidos entre 1975 e 1979, não houve proibição da veiculação dos temas Da Campanha da Fraternidade aprovados.

Não foi encontrado nos Comunicados Mensais do ano de 1978, publicação sobre o Congresso Nacional da Anistia, ocorrido neste ano. Nem tão pouco, publicação da CNBB sobre a Anistia decretada em 28 de agosto de 1979. Mas isso não quer dizer que os bispos não

participaram nem se pronunciaram sobre o acontecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos pronunciamentos da CNBB, de suas dioceses e seus membros sobre o momento da ditadura militar no Brasil, entre 1975 e 1979, foram examinados aqueles documentos em que, os índices (sumário) de cada Comunicado Mensal fazia referência sobre ditadura, violação de direitos humanos, censura, repressão, perseguição, ou outro que indicasse a atuação violenta do Estado. Qualquer indicação de repúdio, crítica ao regime, e apoio ou defesa, à vítimas e perseguidos, foram consultados para realizar o trabalho. Este não se esgota aqui.

Há de se considerar o importante papel da Igreja, através da CNBB ou de outros órgãos religiosos, nas denúncias, declarações de críticas e oposição às atitudes do regime. Seja nas decisões políticas, econômicas ou sociais do governo, a Igreja procurou se manifestar contra aquelas disposições que contrariavam os princípios religiosos da instituição.

Durante todo o processo do regime ditatorial nos anos em apreço, inclusive houve situações de aproximação e distanciamento entre as partes. A interdependência entre elas manteve a temperatura dos debates oscilando constantemente. Ainda que no final da década de 1970, quando o conservadorismo estava retornando a CNBB, as situações de rebeldia dos clérigos, em relação ao Vaticano e “as mudanças que começavam a ser implementadas por João Paulo II, os analistas não entendiam como era possível que os bispos continuassem insistindo em desobedecer.” (GOMES, 2014, p.112). Mesmo com a opção pelos pobres em Puebla 1979, o discurso de abertura política do Presidente Figueiredo, impulsionou um “refreamento dos ânimos combativos daqueles religiosos mais exaltados.” (GOMES, 2014, p. 127). Esta dicotomia no processo de calma nos ânimos, pode ser observada quando a participação de Dom Hélder Câmara, num ato público em 1980, onde defendia a “união de estudantes e camponeses para a derrubada da ditadura” (GOMES, 2014, p. 124), foi denunciado pelo arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Duarte, ao Núncio Apostólico.

A percepção desse dinamismo é essencial para que se perceba a sutileza das relações entre Igreja e Estado naquele período, que nenhum momento se reduziram à simples oposição entre um governo opressor e uma Igreja combativa. (GOMES, 2014, p. 49).

A situação de abertura política, influência internacional (principalmente a política de direitos humanos do Presidente norte americano Jimmy Carter), declaração da anistia e outras circunstâncias concomitantes, “levaram os bispos a aumentarem seu apoio a algumas iniciativas estatais” (GOMES, 2014, p. 128).

Se nos Comunicados, a CNBB oficialmente não manifestou seu apoio à anistia, o Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR), órgão de informação do estado, aponta que a CNBB foi muito atuante, inclusive “no I Congresso Nacional pela anistia, realizado no ano de 1978 em São Paulo, houve o apoio declarado do clero, através de representantes da CNBB.” (GOMES, 2014, p. 105).

Esta afirmação colabora para determinar que os Comunicados não eram a única maneira de manifestação da CNBB. Como foi visto, nem mesmo a CNBB era a única representação institucional da Igreja Católica. Se a confederação dos bispos representava a voz dos que não tinham voz se “consolidando como um dos únicos canais ao qual era possível recorrer com alguma liberdade para se opor ao Estado autoritário” (GOMES, 2014, p. 53), é possível observar que “não se pode falar que tenha havido uma ruptura total.” (GOMES, 2014, considerações finais p. 1/8) entre a Igreja e o Estado. Mesmo nos momentos de maior temperatura dos conflitos, permeados pelos quinze anos estudados sobre a ditadura militar no Brasil.

OS Comunicados Mensais analisados no âmbito do presente trabalho, denotaram uma linguagem prudente da instituição CNBB, não revelando nenhum posicionamento frontal de oposição ao regime. De forma cautelosa mencionava alguns casos de perseguição à membros civis comuns e ao clero. Quanto aos momentos e temas cruciais do período, observa-se que sequer foram mencionados, a exemplo da Campanha pela Anistia ampla, geral e restrita, embora seus membros progressistas e mais combativos tenham sofrido perseguições (a exemplo de Dom Pedro Casaldáliga e Dom Adriano Hypólito) e até atentados à vida (como Padre Burnier, por exemplo).

Finalmente, pode-se dizer que no seio da CNBB também se identificavam posições antagônicas de seus membros. Na prática se expressavam em oposição à ditadura, defendendo

os direitos humanos, mas mantinham o silêncio em determinadas situações onde poderiam ser mais atuantes politicamente, inclusive dentro da própria Igreja.

Talvez seja contraditório cravar o termo oposição da Igreja ao regime ditatorial no Brasil. Quando autores falam em apoio, e existem documentos assinados que comprovam a declaração, é possível afirmar que oficialmente houve apoio, mesmo que houvesse vozes dissidentes. Contudo, não há a mesma comprovação (declaração oficial) de oposição ao governo dos militares. Obviamente não se pode afirmar que declarações que apresentem sinais de resistência, aversão, crítica ou outras palavras que expressem sentimento de revolta, não possam ser avaliadas como pontos de oposição. Mas ainda assim, ao que parece, o que a Igreja exerceu através da CNBB, principalmente em seus Comunicados Mensais, foi uma oposição consentida.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

- COMUNICADOS MENSIS (C.M.) – 1975 a 1979. Localizados no Centro de Documentação e Informação (CDI) da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE FILHO, Clóvis A. C. de A. Vaticano, Santa Sé e a Nunciatura Apostólica. Breves comentários. *Âmbito Jurídico*. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=563. Acesso em: 02 de Nov. 2014;
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979;
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987 (versão didital);
- BETTO, Frei. Igreja Católica e o Golpe de 1964. Disponível em: <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/39-igreja-catolica-e-o-golpe-de-1964>. Acesso em: 06 de nov. 2014;
- BOFF, Leonardo. 1964: Golpe militar a serviço de um Golpe de classe. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2012/05/22/1964-golpe-militar-a-servico-de-um-golpe-de-classe/>. Acesso em: 06 de nov. 2014;
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no vargarismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998. _____ PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. In: SOUZA, Inara Bezerra Ferreira. *O Jornal Movimento: a experiência na luta democrática (1975-1981)*. 2014. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. História Social. UnB. Brasília, 2014. Página 12.
- CNBB – IMPRENSA. Assassinato do Padre Burnier. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/imprensa/noticias/3072-apos-33-anos-brasil-reconhece-o-assassinato-do-padre-joao-bosco-burnier-como-crime-politico> Acesso em: 20 de nov. 2014.
- CODATO, Adriano Nervo. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura à democracia*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782005000200008&script=sciarttext>. Acessado em: 02 de jun. 2014.
- DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981;

- DORATIOTO, Francisco. Entrevista. [02 de agosto de 2010]. *Revista Brasileira de História Militar*, nº 2, Ago 2010. Entrevista concedida ao editor. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/artigo1rbhm2.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2014;
- DORATIOTO, Francisco. Entrevista [1º de outubro de 2013]. Pense no Paraguai. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Bruno Garcia. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/francisco-doratioto>. Acesso em: 15 de out. 2014;
- DUARTE, Teresinha. *Se as paredes da Catedral Falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o regime militar (1968-1985)*. Goiânia: Editora da UFG, 2003;
- FERREIRA, Jorge. “O Governo Goulart e o Golpe Civil Militar de 1964” in: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 3. P.346-405;
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC. Reformas de Base. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. Acesso em 10 de nov. 2014;
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC. Gregório Bezerra. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/gregorio_bezerra. Acesso em: 20 de nov. 2014;
- GOMES, Paulo Cesar. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980) [recurso eletrônico]: a visão da espionagem.-1º Ed.-Rio de Janeiro: Record 2014;
- PEREIRA, Gustavo Freitas. *A Filosofia da História de R.G. Collingwood: Perguntar, Responder, Construir*. 2006, 108 f. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88355/235293.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 de nov. 2014;
- PINTO, Lúcio Flávio. O fim de um Gênio (do mal?). *Observatório da Imprensa*. Belém, Ed. 412. Dez. 2006. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_fim_de_um_genio_do_mal. Acesso em: 20 de Nov. 2014;
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;
- SERBIN, Kenneth P. Entrevista. [28.01.202]. Diálogos na Sombra. *Programa Roda Viva*. Entrevista concedida ao intermediador Paulo Markun. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/340/kenneth%20serbin/entrevistados/kenneth_serbin_2002.htm. Acesso em: 28 de ago. 2014;
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 243-282. *O Brasil Republicano*. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/artigo.pesquisa%20documental.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2014;
- SILVA, Margarete Pereira da. ZACHARIADHES, GC., org. Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 241-258. ISBN 978-85-232-0640-6. Vol. 1. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3ff/pdf/zachariadhes-9788523209100-13.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2014;
- SOUZA, Ney. Entre a contestação e a convivência. Censura ao jornal O SÃO PAULO durante o regime militar (1964-1985). In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3ff/pdf/zachariadhes-9788523209100-13.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2014;
- VIEIRA, E. A. . Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: Carlos Guilherme Mota. (Org.). Viagem incompleta - A Experiência Brasileira (1.500-2.000). São Paulo: SENAC, 2000, v. , p. 187-215.

REFERÊNCIAS DE INTERNET

- <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/41-meu-1-de-abril-de-1964>.
- <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/40-marco-de-1964>.
- <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06492.pdf>
- <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/escola-superior-de-guerra-de-segurana-nacional-para-politicas-publicas-e-estrategias-de-defesa.aspx>. Acessado em 10/10/2014.
- http://www.edicoescnbb.com.br/loja/produto-302647-2336-comunicado_mensal.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

“Eu, Frederico Jose do Nascimento Ferreira, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado: **CONTROVÉRSIAS DA CNBB DIANTE O REGIME DITATORIAL: APOIO E OPOSIÇÕES PRESENTES NOS COMUNICADOS MENSASIS (1975-1979)**; foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado e a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.”

Brasília, 12 de dezembro de 2014.

Frederico José do Nascimento Ferreira